

ANGLICAN
COMMUNION

IN OVER 165 COUNTRIES



ESPERANÇA, JUSTIÇA E VOZ PARA OS/AS MAIS VULNERÁVEIS

UM CHAMADO PELA AÇÃO CLIMÁTICA



Do Conselho Consultivo Anglicano
Para a 28ª Conferência das Partes da CQNUMC (COP28)

ESPERANÇA, JUSTIÇA E VOZ PARA OS/AS MAIS VULNERÁVEIS

UM CHAMADO PELA AÇÃO CLIMÁTICA



A Comunhão Anglicana é a terceira maior comunidade cristã do mundo, com 85 milhões de membros em mais de 165 países. Muitas igrejas anglicanas estão em comunidades que enfrentam a realidade da crise climática todos os dias. Este documento representa as vozes de milhões de Anglicanos/as em todo o mundo para os líderes na COP28. Ele conclama as partes na COP28 a responder às crises climáticas com urgência, ambição e justiça. Também convoca as Igrejas Anglicanas a apoiar os resultados da COP28, local e globalmente.

PEDIMOS

Pedimos aos formuladores/as de políticas que levem esses apelos para as negociações, colocando as necessidades das pessoas mais afetadas pelas mudanças climáticas no centro dos esforços para se chegar a um acordo. Ao mesmo tempo, esperamos que os/as agentes religiosos e outras partes interessadas utilizem essas recomendações de políticas para influenciar os/as líderes de seus países a agirem em favor da justiça climática.

1. UMA TRANSIÇÃO JUSTA:

Comprometimento na COP28 com a eliminação gradual dos combustíveis fósseis, mais rapidamente nos países mais poluentes, garantindo o diálogo com os setores afetados e superando as barreiras às transições nos mercados emergentes.

2. CONSTRUÇÃO DE RESILIÊNCIA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS:

Dobrar o financiamento para adaptação, trabalhar estrategicamente com grupos religiosos que já estão em comunidades vulneráveis e garantir que mulheres, jovens e indígenas estejam na mesa de negociações.

3. FINANCIAMENTO JUSTO:

Os países que fizeram pouco para causar a mudança climática não deveriam ter que pagar pelos danos que ela causa ou pelas mudanças necessárias para limitá-la. Isso requer ação imediata (pagamento ao fundo de perdas e danos acordado na COP27) e mudanças de longo prazo (reforma dos sistemas financeiros que geram dívidas e desigualdade).

NOSSA VISÃO

Como comunidade de cristãos, temos a responsabilidade especial de ser articuladores da esperança e da justiça e de erguer a voz dos/das mais vulneráveis, que geralmente estão ausentes nos espaços onde as decisões são tomadas. Nossa fé ensina que todos são feitos à imagem de Deus; que a terra e seu povo pertencem a Deus e são amados por Deus; que estamos todos profunda e inextricavelmente interconectados: “Quando um membro sofre, todos os outros sofrem com ele” (1 Coríntios 12:26).

POR QUE AGORA?

A resposta global à crise climática tem sido totalmente inadequada — tanto no nível de recursos dedicados à resposta quanto na urgência de ação sobre aqueles/as que têm o poder de fazer mudanças radicais. À medida que o mundo conclui o primeiro Balanço Global sobre Mudanças Climáticas sob o Acordo de Paris, a COP28 é uma chance para que Estados e grupos religiosos se agilizem e ajam.

COMO?

Como uma família global da fé, estamos embarcando em iniciativas de consumo zero de energia, desinvestindo em combustíveis fósseis e investindo na construção da resiliência de nossas comunidades em maior risco. Estamos agindo para manter viva a esperança de que as temperaturas globais não aumentem em mais de 1,5°. Pedimos às partes na COP28 que façam o mesmo. Nós nos inspiramos naqueles que nos antecederam, trabalhando corajosamente no passado por mudanças sociais. Sabemos que essa transformação não é fácil, mas que é possível.



Temos a responsabilidade para com aqueles que estão sofrendo para garantir que algo mude... Os/as líderes religiosos/as ouvem a voz dos jovens em todo o mundo: “Vocês podem fazer mais”.
Reverendíssimo Julio Murray, Bispo Anglicano do Panamá

NOSSOS APELOS À COP28 E ÀS IGREJAS DA COMUNHÃO ANGLICANA

1. TRANSIÇÃO JUSTA: ELIMINAÇÃO GRADUAL DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS DE FORMA JUSTA

NOSSOS APELOS AOS ESTADOS-MEMBROS:

Aumentar a ambição nas atividades de mitigação da mudança do clima e priorizar a transição energética dos combustíveis fósseis para os renováveis. A COP28 deve tomar a decisão de eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, mais rapidamente nos países mais poluentes, garantindo o diálogo com os setores afetados e superando as barreiras às transições nos mercados emergentes. Sabemos que essa transformação não é fácil, mas que é possível.

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNHÃO ANGLICANA PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA

Assinamos o Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, conclamando os Estados a encerrar a expansão da produção de carvão, petróleo e gás; estabelecer um plano equitativo para a redução da produção de combustíveis fósseis existente, onde as nações com capacidade e responsabilidade histórica pela transição de emissões sejam as mais rápidas, fornecendo apoio a outras em todo o mundo; e acelerar a adoção de energia limpa e a diversificação econômica longe dos combustíveis fósseis, para que nenhum/a trabalhador/a, comunidade ou país seja deixado para trás. Acreditamos que o diálogo com os setores afetados é fundamental para se evitar que o preconceito, a resistência e a injustiça entrem nessa transição.

As igrejas-membras da Comunhão Anglicana estão adotando políticas e práticas que estão reduzindo o uso de fontes de energia baseadas em carbono e aumentando a adoção de fontes de energia renováveis. Algumas igrejas, como a Igreja Anglicana no País de Gales, a Igreja da Inglaterra e a Igreja Anglicana do Canadá, estão implementando estratégias de consumo zero; algumas, como a Igreja da Inglaterra, se desfizeram de empresas de combustíveis fósseis.

A maioria das Igrejas Anglicanas está aumentando seus sumidouros de carbono por meio de soluções baseadas na natureza de cultivo de árvores e conservação de ecossistemas. A Comunhão Anglicana lançou a Floresta da Comunhão (Communion Forest) – uma iniciativa mundial para conservar, proteger e restaurar nossos ecossistemas degradados. É um símbolo de nosso compromisso coletivo de salvaguardar a integridade da criação e renovar a Terra. Somente no Quênia, a Igreja Anglicana plantou mais de 4 milhões de árvores e iniciativas semelhantes estão se espalhando pelas Igrejas Anglicanas no Zimbábue (reflorestamento e conservação), nos EUA (restauração de pradarias), nas Filipinas (plantações de mangue), no Brasil e em muitos outros países.

Acreditamos que essas soluções baseadas na natureza são os sumidouros de carbono mais viáveis, sustentáveis e eficazes e precisam receber investimentos, em vez de soluções que retêm tecnologias de combustíveis fósseis como parte do processo de fabricação.

POR QUAIS RAZÕES ISSO INTERESSA

Uma Transição Justa significará que novas tecnologias serão disponibilizadas para a produção de energia e que as formas de uso da energia causarão o mínimo de danos à Terra e promoverão o florescimento das pessoas em todas as nações. Isso exigirá que os estados e as empresas reduzam ambiciosamente as emissões dos setores mais poluentes, como energia, agricultura e transporte, de maneira justa, à medida que esses setores fazem a transição para modos de operação com baixo teor de carbono.

Sem essa ação ambiciosa, nossos esforços de desenvolvimento de resiliência e adaptação da comunidade serão rapidamente prejudicados. Mas a ação também deve ser acessível, equitativa e justa, levando em conta as diferentes responsabilidades dos Estados pelas emissões, suas diferentes capacidades de agir e o impacto dessa transição em determinados setores e meios de subsistência. Uma transição justa significa que todas as nações e pessoas sairão da atual crise de aquecimento global sem discriminação ou injustiça; significa mutualidade, contando com o conhecimento e os recursos uns dos outros, porque a crise é global.

A Comunhão Anglicana entende a justiça como uma ação baseada nos princípios da lei, da moral, da justiça e da equidade. Deus é a fonte suprema da justiça e honramos a Deus quando agimos de acordo com esses princípios – especialmente quando priorizamos os mais vulneráveis,

Essas decisões são enormemente difíceis do ponto de vista político, mas essa é uma crise que exige liderança, e a liderança das pessoas de fé não poderia ser mais importante. Os/as líderes religiosos/as representam a grande maioria das pessoas em todo o mundo, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. Podemos demonstrar aos/as líderes mundiais que as pessoas de fé querem ver mudanças e estão dispostas a apoiá-las. Podemos



liderar pelo exemplo. Podemos fazer com que os/as líderes mundiais saibam que eles/elas têm um mandato para tomar decisões ousadas, ambiciosas e decisivas na COP28.
Reverendíssimo e Honorável Justin Welby, Arcebispo de Cantuária

que geralmente não têm o poder de reivindicar por si mesmos resultados justos. Acreditamos que nossas ações e nosso comportamento em resposta a essa ameaça existencial de um clima em mudança devem se basear na justiça e no amor a todas as pessoas e à própria Terra.



2. CONSTRUÇÃO DE RESILIÊNCIA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS

NOSSOS APELOS AOS ESTADOS-MEMBROS:

Dobrar as contribuições para o fundo de adaptação. Trabalhar estrategicamente com grupos religiosos já ativos nas comunidades mais vulneráveis – eles conhecem melhor o contexto e têm redes de influência sustentáveis de longo prazo. Desenvolver a capacidade das comunidades locais de responder aos choques climáticos, acelerando a transferência tecnológica e melhorando sua capacidade técnica. Garantir participação ativa e benefícios para todos/as os/as membros/as dessas comunidades, especialmente aqueles e aquelas que são frequentemente marginalizados/as, como jovens, mulheres e grupos indígenas.

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNHÃO ANGLICANA PARA A CONSTRUÇÃO DE RESILIÊNCIA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS

A Comunhão Anglicana tem estado na vanguarda da construção de resiliência comunitária por muitos anos. Essa é uma prioridade porque as comunidades que se reúnem para planejar e se preparar para um futuro mais forte têm a capacidade de resistir a choques, como secas e inundações, melhor do que aquelas que não o fazem. O trabalho inicial em um kit de ferramentas preparatórias para desastres para igrejas locais em 2013-2014 levou a workshops de implementação em países como o Zimbábue, onde as comunidades locais estavam enfrentando desafios relacionados à seca, hiperinflação e tensão política. Esses workshops transformaram-se em um programa mundial (Anglican Partners in Response and Resilience, Parceiros Anglicanos em Resposta e Resiliência) que desenvolve apoio à capacidade regional de resposta a emergências, além de fortalecer a resiliência e a ação preparatória antes de uma emergência. Indivíduos e organizações com habilidades nessas áreas estão sendo identificados, treinados e apoiados para poderem acompanhar outras igrejas em suas regiões. Este ano, os sistemas de alerta antecipado incorporados em Moçambique foram considerados responsáveis por salvar muitas vidas quando o ciclone Freddy atingiu o país.



O que ficou claro por meio desse trabalho é que a resiliência da comunidade vem principalmente da coesão comunitária e do capital humano aprimorados, bem como de meios de subsistência diversificados. É por isso que os grupos religiosos são parceiros estratégicos fundamentais para os Estados e as organizações multilaterais que estão tentando trabalhar com a resiliência. Os grupos religiosos já estão inseridos nas comunidades locais, com redes de influência confiáveis e de longo prazo. Os grupos religiosos estão bem-posicionados para atender necessidades que agências externas não conseguem, como oferecer espaços seguros para os vulneráveis, apoio social e espiritual, alguém de confiança para ouvir os traumatizados e ajudar a superar a solidão, o desespero e a falta de esperança, cuidar dos mais vulneráveis, como idosos/as, jovens e pessoas com deficiências.

Os grupos religiosos também são capazes de garantir que os/as mais vulneráveis participem das discussões sobre o desenvolvimento da resiliência e o planejamento climático que os afetam, inclusive mulheres, jovens e povos indígenas, que são desproporcionalmente afetados pelos choques climáticos. Por exemplo, em Madagascar, após a recente carestia, muitas mulheres foram abandonadas à própria sorte nos cuidados consigo mesmas e suas famílias, na esteira de um êxodo rural maciço. A Mothers' Union (uma organização parceira da Comunhão Anglicana e a associação de mulheres mais antiga do mundo) conseguiu oferecer um apoio significativo, primeiramente fornecendo alimentos para combater a inanição e, em seguida, aumentando a resiliência das comunidades ao oferecer orientação sobre treinamento em culturas resistentes à seca e outras formas de diversificação.



POR QUAIS RAZÕES ISSO INTERESSA

O objetivo global do Acordo de Paris sobre adaptação é aumentar a capacidade dos países de se adaptarem aos impactos adversos das mudanças climáticas e promover a resiliência climática e o desenvolvimento com baixas emissões de gases de efeito estufa, de uma forma que não ameace a produção de alimentos. Essa meta está longe de ser alcançada.

O Pacto Climático de Glasgow foi além e resolveu dobrar o fundo de adaptação. As contribuições para esse fundo continuam inadequadas e seu acesso ainda é, em grande parte, baseado em empréstimos, aumentando o ônus da dívida dos países pobres e vulneráveis ao clima que dependem disso. Os recentes eventos climáticos extremos continuaram a expor o quanto as populações são vulneráveis aos desastres climáticos e o quanto são grandes as desigualdades globais em relação a ações preparatórias para desastres, resiliência e recursos para responder.

No entanto, investir em resiliência por meio da prevenção de desastres faz sentido do ponto de vista econômico e moral. O Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, em seu relatório Financing prevention and de-risking investment (**Financiamento da Prevenção e Redução do Risco de Investimento**), observa que, entre 2005 e 2017, foram fornecidos 137 bilhões de dólares em assistência ao desenvolvimento relacionada a desastres, sendo que de cada 10 dólares foram gastos 9,60 dólares em resposta a emergências, reconstrução, alívio e reabilitação, enquanto menos de 4%, 5,2 bilhões de dólares, foram investidos em prevenção, mitigação e preparação para desastres. O relatório demonstra que investir em prevenção reduz as perdas. De acordo com as estimativas, investimentos globais de 1,6 trilhão de euros em estratégias adequadas de redução de riscos de desastres poderiam evitar perdas de 6,4 trilhões de euros.

O impacto do não cumprimento dos compromissos de adaptação nas comunidades vulneráveis não pode ser subestimado. O mundo testemunhou as devastadoras

inundações de 2022 no Paquistão e as inundações de 2023 no Malawi. No Paquistão, chuvas torrenciais e inundações afetaram cerca de 33 milhões de pessoas e causaram mais de 40 bilhões de dólares em danos econômicos. As inundações catastróficas deixaram 1.700 pessoas mortas, 2 milhões de casas destruídas e mataram mais de 900 mil animais de rebanhos. Algumas partes do país registraram cinco a seis vezes mais chuvas do que o normal. No Malawi, o ciclone tropical Freddy afetou mais de 2,2 milhões de pessoas. O impacto das inundações e dos deslizamentos de terra destruiu e danificou 260.681 casas, forçando quase 700 mil pessoas a abandonar suas casas e buscarem abrigo em áreas de deslocamento; pelo menos 1.000 pessoas foram mortas e ocorreram perdas econômicas no valor de 506,7 milhões de dólares.

Inundações como as do Paquistão e do Malawi desencadeiam crises humanitárias, com impactos duradouros e efeitos agravados na habitação, infraestruturas danificadas, acesso à energia, segurança alimentar, segurança hídrica e saúde pública. As comunidades afetadas enfrentam serviços de saneamento e saúde inadequados, surtos de doenças e falta de acesso a água potável, banheiros, medicamentos, suficiência alimentar e muito mais.

"Precisamos assumir a responsabilidade pelo cuidado e pela preservação de nosso planeta de forma sustentável. Nós, Anglicanos e Anglicanas, temos em nossas mãos a capacidade de desencadear um movimento de mudança positiva. Vamos nos unir e fazer isso acontecer."



Reverendíssima Dr.^a Vicentia Refloe Kgabe, Bispa de Lesoto

3. FINANCIAMENTO JUSTO

NOSSOS APELOS AOS ESTADOS-MEMBROS

Vejam o financiamento dessas mudanças como uma questão de justiça. Queremos que os países que são historicamente responsáveis pelas alterações climáticas contribuam mais para o financiamento climático. Constatamos que, para que isto aconteça, é necessária uma ação imediata (contribuição para o fundo de perdas e danos acordado na COP27) e uma mudança a longo prazo para transformar os mecanismos de governança dos sistemas financeiros internacionais (quadros, regras, instituições e mercados) que atualmente estão provocando maiores desigualdades econômicas e atrasando o progresso na realização de mudanças.

CONTRIBUIÇÕES ANGLICANAS PARA UM FINANCIAMENTO JUSTO

Em maio de 2022, o Conselho de Pensões da Igreja da Inglaterra reuniu doze Fundos de Pensões do Reino Unido (representando 18 milhões de membros/as com ativos de 400 bilhões de libras) para se comprometerem a apoiar transições justas nos mercados emergentes. A colaboração deles reconhece a complexidade das transições de financiamento em estados que precisam dar prioridade ao desenvolvimento rápido e são vulneráveis a grandes choques climáticos. Contudo, também reconhece as oportunidades que podem ser abertas

através do investimento baseado em princípios e do diálogo intersetorial. Ao trabalhar no sentido de aumentar a transparência, reduzir o risco dos investimentos e desenvolver mecanismos que permitam o cumprimento de obrigações financeiras em eventos climáticos extremos que afetem a capacidade de pagamento, essa colaboração influenciará sistemas financeiros mais amplos e a facilitação de investimento em mercados emergentes onde essa necessidade é grande.



POR QUAIS RAZÕES ISSO INTERESSA

Reconhecemos que algumas sociedades têm maior responsabilidade na contribuição para as alterações climáticas e que deveriam assumir responsabilidade correspondente no financiamento de sua mitigação e adaptação aos seus impactos.

Existe atualmente uma lacuna significativa entre o financiamento necessário para a ação climática e o financiamento climático mobilizado. Uma análise recente da Climate Policy Initiative (Iniciativa de Política do Clima) sugere que os fluxos financeiros globais para a ação climática quase duplicaram nas últimas décadas, atingindo 653 bilhões de dólares em 2019/20, contra 574 bilhões de dólares em 2017/18. O Comitê Permanente de Finanças da CQNUMC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima) fornece números mais elevados, com fluxos de financiamento climático chegando a 803 bilhões de dólares em 2019/20, acima dos 775 bilhões de dólares em 2017/18. Entretanto, esse valor ainda fica aquém do montante necessário para evitar os piores impactos das alterações climáticas e apoiar a adaptação e a resiliência em países vulneráveis.

O Grupo Independente de Peritos de Alto Nível sobre Financiamento Climático, em seu relatório de novembro de 2022, Finance for climate action: scaling up investment for climate and development (**Financiamento para a ação climática: aumentar o investimento para o clima e o desenvolvimento**), denuncia que os mercados emergentes e os países em desenvolvimento, exceto a China, precisarão de gastar cerca de 1 trilhão de dólares por ano até 2025 (4,1% do PIB em comparação com 2,2% em 2019) e cerca de 2,4 trilhões de dólares por ano até 2030 (6,5% do PIB) em investimentos relacionados com o clima. Esses números baseiam-se na avaliação dos requisitos setoriais e geográficos para investimentos e ações destinados a manterem a meta de limitar o aquecimento a 1,5°C e cumprir os objetivos do Acordo de Paris em todas as suas dimensões.

O relatório também observa que perdas e danos decorrentes dos impactos das alterações climáticas custaram 20% em perda de PIB nas economias dos Vinte Vulneráveis (V20) nas últimas duas décadas. Estima ainda que as perdas e os danos futuros custarão entre 150 e 300 bilhões de dólares até 2030, para lidar com os impactos imediatos e para realizar a reconstrução subsequente.

Essa lacuna no financiamento necessário é agravada porque o financiamento existente é de difícil acesso por parte dos mais necessitados. O acesso ao financiamento para projetos de grande escala, seja de fontes públicas ou privadas, tem-se revelado um desafio para países pobres e vulneráveis. Além disso, a complexidade dos processos de candidatura para acesso ao financiamento, por exemplo, de fundos multilaterais para o clima, tem constituído desafios significativos aos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e aos Países Menos Desenvolvidos.

Há também atrasos nos desembolsos de financiamento climático para atividades nos países em desenvolvimento.

Para verificar a mudança baseada nos princípios da justiça, as prioridades da Comunhão Anglicana na COP28 são ver:

- Contribuições para o Fundo de Perdas e Danos – Acolhemos com satisfação a decisão da COP27 de estabelecer um fundo de perdas e danos para compensar as nações vulneráveis por perdas e danos decorrentes dos agora mais frequentes e graves desastres induzidos pelo clima. Acompanhamos de perto as conversas facilitadas pelo Comitê de Transição nos seus três workshops desde a COP27. Registramos questões controversas nas negociações para o fundo e gostaríamos de ver um acordo para um fundo justo que fosse financiado principalmente por países desenvolvidos que são historicamente responsáveis pelas alterações climáticas e por países que são atualmente grandes emissores de carbono. Isso deve ser acessado por países pobres vulneráveis ao clima, ser baseado em subvenções e deve ter um montante-alvo ambicioso, acima de 100 bilhões de dólares anuais.
- Reforma da arquitetura financeira global – Apoiamos os princípios da Iniciativa de Bridgetown ao reconhecer a necessidade de reformar a atual arquitetura financeira global para concretizar um financiamento justo para a ação climática. O custo do capital é atualmente demasiado elevado para países em desenvolvimento e muito mais baixo para seus homólogos desenvolvidos; por exemplo, atualmente os países que emitem moeda de reserva internacional contraem empréstimos de 10 anos entre 1% e 4% ao ano, enquanto os países em desenvolvimento contraem empréstimos a uma taxa média de 14%. Esta disparidade é agravada pelo fato de um terço de todos os países em desenvolvimento e dois terços dos países de baixa renda estarem atualmente em elevado risco de sobreendividamento, em um contexto de emergência climática causada principalmente pelos países desenvolvidos. Apelamos a todas as partes interessadas para que invistam em reformas e transformem o status quo que gera maiores desigualdades econômicas e retarda o progresso na realização de mudanças.

“Estou vivendo na linha de frente da crise climática. Temos de continuar a lembrar às pessoas que temos a coragem e a capacidade de exigir que os líderes mundiais façam o que podem fazer.”



Elizabeth Wathuti, ativista climática queniana e fundadora da Green Generation Initiative

A RAZÃO DE NOSSOS APELOS E DE NOSSA ESPERANÇA

Em todo o mundo, Anglicanos e Anglicanas estão trabalhando ativamente para responder às crises climáticas. Através de igrejas, redes e presença comunitária, a Comunhão Anglicana tem uma rede de relacionamentos que permite o compartilhamento de sabedoria, conhecimento e experiência desde as bases até aqueles que estão no poder.

As comunidades a que servimos sentem cada parte da história das alterações climáticas. Somos as pessoas que enfrentam a devastação nas comunidades atingidas por catástrofes e os poluidores nos países ricos; somos aqueles/as que vivem na pobreza e que exercem poder e influência política; somos investidores/as com capital financeiro e socorristas em desastres.

Através dessa vida juntos, e através da nossa fé em um Deus que amou o mundo o suficiente para dar o seu filho por nós (João 3:16), tornamo-nos pessoas de esperança: acreditamos na metanoia (às vezes chamada de “arrependimento”) – uma mudança transformadora de coração e mente que consiste em dar meia volta, ver as coisas de forma diferente e iniciar um caminho novo e vivificante.

A crise climática exige mudanças profundas nas atitudes e nas formas de ver. Dado que a emergência climática é uma ameaça existencial global, estamos sendo forçados a aceitar o que os povos indígenas nos dizem há muito tempo e o que é o cerne da nossa fé – que as mentalidades extrativistas, consumistas e individualistas só nos levarão até certo ponto e, em muitos aspectos, causarão grandes danos. Precisamos olhar para além dos nossos interesses e fronteiras nacionais e agir de formas dispendiosas que restaurem as nossas relações com os/as outros/as e com a criação.



A crise climática é o produto de uma mentalidade ocidental herdada, incluindo a globalização, o capitalismo e o individualismo, que foi alimentada pelo império e pelo colonialismo. A resposta precisa, portanto, ser sustentada por outras formas de pensar e de ser, especialmente as formas indígenas, em que o ambiente e a humanidade estão interligados como parte da criação. É aí que reside o caminho para a verdadeira justiça e paz para o nosso planeta.

Reverendíssimo Don Tamihere, Pihopa o Aotearoa, ou líder da Igreja Anglicana Maori, e o Venerável Dr. Hirini Kaa, Arquidiácono de Tairāwhiti





JUNTE-SE À COMUNIDADE ANGLICANA NO TRABALHO PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA

Convidamos anglicanos e anglicanas a defender junto dos seus/suas líderes a verdadeira transformação que a Terra e o seu povo necessitam desesperadamente.

SIGA-NOS EM:



@AnglicanWorld

@AngliAlliance

@GreenAnglicans

@CommunionForest



/TheAnglicanCommunion

LOCAL NA REDE INTERNET:

tinyurl.com/mrfj3828

Rede Ambiental da Comunhão Anglicana:
[inscreva-se](#)

Equipe da ONU da Comunhão Anglicana:
[inscreva-se](#)

Chamado de Lambeth sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. [Leia aqui](#)

Folheto informativo sobre o envolvimento Anglicano com questões ambientais: [Leia aqui](#)

